



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Presidência
Gabinete da Corregedoria
Gabinete da Vice-Corregedoria

PORTARIA CONJUNTA GP/CR/VCR N. 112, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre a suspensão das audiências e correições nos órgãos judiciários de 1º grau, no período de 17 a 31 de março de 2020, e dá outras providências.

O PRESIDENTE, a CORREGEDORA e a VICE-CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a confirmação de casos de pessoas infectadas pelo novo coronavírus (COVID-19) no Estado de Minas Gerais, bem como o crescimento de casos de pessoas infectadas nos demais Estados da Região Sudeste;

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

CONSIDERANDO as deliberações entre os órgãos administrativos deste Tribunal, em reunião realizada em 16.03.2020;

RESOLVEM:

Art. 1º Suspender a realização de audiências e correições no âmbito do primeiro grau e dos Centro Judiciário de Métodos Consensuais e Solução de Disputas (CEJUSC) de primeiro e segundo graus, no período de 17 a 31 de março de 2020.

Parágrafo único - As audiências e correições designadas para o período referido no *caput* serão oportunamente remarçadas pelo Juízo competente e pela Corregedoria, com posterior intimação das partes para ciência.

Art. 2º O expediente interno fica mantido em todas as unidades judiciárias e administrativas da Justiça do Trabalho da 3ª Região, devendo ser dada preferência ao trabalho remoto, em especial aos servidores dos seguintes grupos, conforme ajuste com a chefia imediata, em cumprimento à Portaria GP N. 109/2020, de 13 de março de 2020:

I – gestantes e lactantes;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Gabinete da Presidência
Gabinete da Corregedoria
Gabinete da Vice-Corregedoria

Fl. 2 da PORTARIA CONJUNTA GP/CR/VCR N. 112, DE 16 DE MARÇO DE 2020.

II - portadores de doenças crônicas comprovadas por laudo ou relatório médico;

III - maiores de 60 (sessenta) anos.

§ 2º No prazo de suspensão das audiências e correições, os Magistrados atuarão nos processos, com prolação de sentenças, decisões e despachos.

Art. 3º Durante o período previsto no art. 1º, os Oficiais de Justiça que tenham que cumprir mandados em áreas de risco de contaminação, tais como hospitais e em outros locais com aglomeração de pessoas, devem solicitar a dilação do prazo do cumprimento.

Art. 4º O contato das partes e advogados com as unidades judiciárias e administrativas deverá ser realizado preferencialmente por telefone, conforme números de contato disponíveis no site do TRT3 (<https://portal.trt3.jus.br/internet/contato/telefones-e-enderecos>).

Art. 5º Os prazos processuais não serão interrompidos ou suspensos, devendo os casos excepcionais ser submetidos à análise do Magistrado.

Art. 6º Ficam mantidas as disposições da Recomendação N° GCR/GVCR/01/2020 e da Portaria GP N. 109/2020 não conflitantes com esta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MURILO DE MORAIS

Desembargador Presidente

ANA MARIA AMORIM REBOUÇAS

Desembargadora Corregedora

MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS

Desembargadora Vice-Corregedora